

EM PÉ DE GUERRA

Luis Tajés



Julio Gaiger, presidente da Funai, ficou nas mãos dos xavantes durante uma hora e no fim lamentou a perda da gravata italiana

XAVANTES ARMADOS INVADEM FUNAI

Cansados de esperar pela remarcação de suas terras, os índios perderam a paciência. Em Brasília, 20 xavantes armados com arcos, flechas e bordunas invadiram a sede da Funai e arrastaram

o presidente, Julio Gaiger, para fora do prédio. Ele só escapou porque um funcionário do órgão, faixa preta de judô, enfrentou os índios em frente à sede e conseguiu levá-lo para longe. No

Maranhão, 50 pessoas continuam reféns dos guajajaras na aldeia Coquinho, a 480 quilômetros de São Luís. Os índios querem o asfaltamento da BR-226.

Luis Tajés



Gaiger tentou demonstrar paz segurando o cachimbo, mas os xavantes queriam levá-lo à força ao Ministério da Justiça para pedir sua saída

Xavantes invadem prédio da Funai e intimidam presidente

Um dos motivos prováveis da invasão seria a relutância da fundação em ampliar em 300 mil hectares a área de uma aldeia

Tinta de urucum no peito e braços borrados de carvão. Pintados para a guerra, cerca de 20 índios xavantes invadiram ontem a sede da Funai, na 902 Sul, e retiraram à força do prédio o presidente da Fundação, Júlio Gaiger.

A intenção era levar Gaiger até o Ministério da Justiça e lá pedir sua cabeça ao ministro Nelson Jobim. "Eles não querem a extinção da Funai", interpretou assim o gesto o índio Sebastião Terena, coordenador da Comissão Indígena do Centro-Oeste.

Gaiger só escapou porque um funcionário da Funai, José Braz, um faixa-preta de judô com mais de 100 quilos e cerca de dois metros de altura, que faz a segurança do presidente, o socorreu.

Braz arrancou Gaiger dos braços dos índios e o colocou num Gol de um motorista particular que passava em frente à Funai, dando fuga ao presidente da Funai.

Mesmo manchado de urucum e carvão, Gaiger compareceu à posse do novo ouvidor da União, Reinaldo Coelho, no Ministério da Justiça e à audiência com o ministro Celso Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No empurra-empurra, o segurança teve a camisa rasgada e o celular perdido. O presidente também saiu no prejuízo: manchou com urucum de modo irrecuperável as costas do paletó cinza e perdeu um isqueiro importado da marca Zippo.

"Mas lamento mais pela gravata italiana — em tons de azul com estampa de mulheres", disse Gaiger, que durante a confusão manteve,

numa tentativa de demonstrar paz, o cachimbo na mão esquerda.

Um outro provável motivo da invasão seria a relutância da Funai em ampliar em 300 mil hectares a área da aldeia xavante de Parabuburi.

Antropólogos da Fundação concluíram no último fim de semana um laudo que aconselha a transferência dessa área para os índios e a desapropriação de quase cinco mil propriedades rurais.

A nova área da reserva incluiria inclusive a cidade de Campinápolis. Diante disso, o governo do estado pressionou a Funai, que teria recuado da demarcação.

PIQUETEIROS

Os índios chegaram à Funai numa Kombi do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindsep). Pouco antes da invasão, pararam numa pensão da W3 sul e pintaram-se para a guerra.

Até ser "seqüestrado", o presidente da Funai era um homem em paz com as tribos, tanto que em agosto passado tomou banho nu em companhia dos índios durante a celebração do Quarup, no Xingu.

Os xavantes são uma espécie de piqueteiros do movimento indígena. Estão em todas as confusões que ocorrem em prédio público em Brasília.

Em fevereiro, 20 xavantes armados de bordunas, arcos e flechas fizeram refém o então presidente da Funai, Márcio Santilli. Durante quase uma hora o mantiveram na garagem da Funai detido sob safanões.

Um motivo menos antropológico para a invasão de ontem também

explica a reação dos índios. Os xavantes são uma espécie de PFL na burocracia da Fundação: ocupam 91 cargos, sendo oito de confiança.

REFÉNS

No Maranhão a situação está ainda mais tensa. A governadora Roseana Sarney pediu ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, urgentes providências para a libertação de mais de 50 pessoas que se encontram como reféns dos índios guajajaras na aldeia Coquinho, Reserva Indígena de Cana Brava, município de Grajaú, a 480 quilômetros de São Luís.

Ela recebeu do presidente Fernando Henrique Cardoso a garantia que a BR-226 será asfaltada a partir de 1997, principal reivindicação dos índios.

Em Grajaú chegaram ontem à tarde representantes dos governos estadual e federal. O chefe do 5º Distrito Rodoviário Federal, José Ribamar Tavares, informou que a BR-226 será recuperada ainda este ano, em seus trechos de barro batido.

Tavares embarcou em São Luís ontem para Grajaú a fim de se encontrar com o diretor executivo do DNER, Maciste Granha de Mello Filho. Os dois participaram ontem de uma reunião em que estiveram presentes representantes do governo do estado e da Funai, além de líderes do município de Grajaú.

A BR-226 foi projetada há mais de 50 anos, ainda no Estado Novo de Getúlio Vargas, e até hoje ainda não foi concluída. É considerada a estrada-eixo do estado do Maranhão e vista como a redenção econômica do sertão.

A prefeitura fornece água, alimentos e medicamentos aos reféns dos guajajaras. É quase certo que com a chegada das máquinas para recuperar a BR-226 e o compromisso das autoridades estadual e federal para asfaltá-la, os reféns sejam liberados ainda hoje.

Insegurança é generalizada

Mauro Zanatta
 Da equipe do Correio

Há tempos se sabe da insegurança nos prédios públicos na Esplanada dos Ministérios e vizinhança. Em maio de 1989, um ônibus dirigido por um bancário invadiu o saguão do Palácio do Planalto e quase atingiu o elevador privativo do presidente da República.

Em outubro de 1995, a diplomata Andréia Rigueiro David abriu uma carta no anexo do Itamaraty e detonou uma bomba de fabricação caseira, que espalhou medo pelas repartições e ministérios.

Em maio deste ano, cerca de 200 sem-terra invadiram o gabinete do ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, no 18º andar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Setor de Autarquias Norte. Ontem, a confusão foi no prédio da Funai.

Esses episódios confirmam a insegurança dos prédios públicos, feita por empresas contratadas pelo governo federal. Vigilantes exigem identificação e colam adesivos nos visitantes. Só que, na maioria das vezes, o sistema não funciona.

Semana passada, um fazendeiro foi até a Procuradoria do Incra, armado com um revólver, cobrar satisfações sobre a demora de uma indenização de R\$ 17 milhões pela desapropriação de suas terras. Tudo não passou de um susto, mas podia ter sido pior. O policiamento da área é feito por uma viatura com três policiais militares. Na Esplanada há outros 12 policiais da 7ª Companhia da Polícia Militar Independente (CPMInd).